DISCIPLINA: GESTÃO EDUCACIONAL I
UNIDADE I

TEXTO-BASE 2: TABELA

Gestão federal da nova modalidade de ensino: a Educação Bilíngue de Surdos (2014-2023)

Erica Esch Machado

ANO	MARCOS NO CAMPO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS
2014	Aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/14 Ementa: aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Observação: no PNE (2014-2024), é possível encontrar várias estratégias relativas à educação de surdos.
2015	Aprovada a Lei 13.146/15 Ementa: institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Observação: no Estatuto, há importantes garantias às pessoas surdas, nos diversos campos.
2019	Criada a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS), no Ministério da Educação (MEC)
2020	Aprovado o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) n. 2 de 2020 Ementa: define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Oferta de Educação Plurilíngue (DCNEP)
2021	Aprovada a Lei 14.191/21 Ementa: altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.
2023	Publicada a Portaria nº 993/2023 Ementa: cria a Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos Observação: para saber mais sobre essa nova comissão, acessar: Empossada Comissão Nacional da Educação Bilíngue de Surdos - YouTube